

OBJETIVO

Avaliar o **impacto** das atividades desenvolvidas no quadro do **Programa Escolhas** nos processos de inclusão social de crianças e jovens de territórios vulneráveis, contribuindo para potenciar os níveis de **eficácia e eficiência** destes apoios.

ÂMBITO DA AVALIAÇÃO

Avaliação do **impacto dos 25 anos de Programa Escolhas** (de 2001 à atualidade) com uma implementação nacional.

Projetos financiados

1.ª Geração

53 intervenções

(AML, AMP, Península de Setúbal)

2.ª Geração - 9.ª Geração

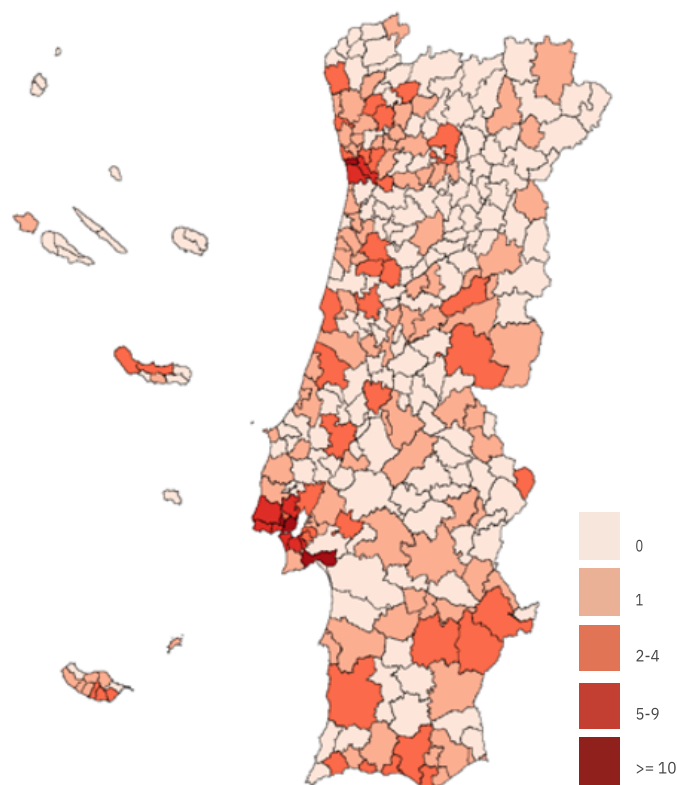
921 candidaturas

**309
intervenções**

111 projetos
numa geração

**198 intervenções
de continuidade**
(pelo menos duas gerações)

Nº de intervenções do PE 2ª G à 9ª G, por concelho



ABORDAGEM METODOLÓGICA

Abordagem baseada na Teoria

Métodos	Técnicas de recolha de informação
Teoria da Mudança Análise Comparativa Qualitativa (QCA) Estudos de caso	Análise documental (revisão de literatura, legislação, estatísticas oficiais e informação dos Sistemas de Informação (AGIL e AFINA)) Entrevistas semi-diretivas Entrevistas biográficas Focus Group Workshop com jovens

CRITÉRIOS E QUESTÕES DE AVALIAÇÃO



PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Programa Escolhas: 25 anos de intervenção

- Tornou-se uma referência nas políticas públicas dirigidas a crianças e jovens em contextos vulneráveis;
- Evoluiu em escala, públicos-alvo e áreas de intervenção.

Impacto positivo ao nível individual e comunitário

- Melhoria dos percursos escolares, competências pessoais e participação cívica;
- Crescente mobilização comunitária e participação cívica.

Resposta relevante, mas limitada

- O programa responde, de forma acessível, próxima e adaptada às necessidades e às mudanças contextuais que continuam a afetar crianças e jovens, sobretudo em territórios mais vulneráveis;
- Persistem territórios vulneráveis sem intervenção ou com intervenção descontínua, evidenciando limites no alcance e continuidade da intervenção.

Fragilidades na implementação, monitorização e avaliação

- Falta de indicadores padronizados e comparáveis ao longo do tempo;
- Dificuldade em medir transformação e impacto estrutural;
- Excessiva carga burocrática que reduz o tempo disponível para a intervenção direta, constituindo-se como um risco para a eficiência do Programa.

Ambiguidade estratégica do Programa

- Oscila entre: programa experimental de inovação social/ política pública consolidada;
- Esta indefinição compromete a coerência, aprendizagem institucional e sustentabilidade.

Importância das redes locais e parcerias

- Forte capacidade de articulação territorial e trabalho em consórcio, sendo que os resultados dependem muito da qualidade das redes e recursos locais;
- Fraca articulação ao nível central com outras políticas públicas, designadamente TEIP, Garantia para a infância e CLDS.

Desafios centrais para o futuro

- Necessidade de clarificação do modelo, nomeadamente definição: da natureza do Programa, dos objetivos estratégicos do seu papel no sistema de políticas públicas;
- Melhorar sistemas de monitorização e avaliação e produção de conhecimento;
- Potenciar a articulação, a transferência de aprendizagem e a inovação para outras políticas públicas.

RECOMENDAÇÕES

1. Identidade de posicionamento

Conclusão

Identidade indefinida — nem programa experimental nem política pública consolidada — o que fragiliza o seu desenho, financiamento, avaliação e capacidade de aprendizagem e inovação.

Recomendação

Clarificar o posicionamento estratégico e a identidade do Programa Escolhas.

Ações

- Definir a natureza do programa (experimental, estruturante ou híbrido);
- Definir o(s) domínio(s) de intervenção;
- Diferenciar componentes experimentais e estruturais, caso se opte por um modelo híbrido;
- Adequar os mecanismos de financiamento, monitorização e avaliação ao modelo definido;
- Produzir orientações técnicas claras e recursos adequados para entidades promotoras e equipas dos projetos financiados.

2. Planeamento, monitorização e avaliação

Conclusão

Os sistemas de monitorização e avaliação continuam excessivamente centrados na execução e pouco orientados para resultados. Fragilidades nas plataformas AGIL e AFINA, ao nível da qualidade e comparabilidade dos dados reforçam a percepção da avaliação como exercício burocrático.

Recomendação

Reforçar os instrumentos de Planeamento, Monitorização, Avaliação e incorporação de aprendizagens.

Ações

- Reconfigurar AGIL e AFINA e rever o sistema de indicadores;
- Rever implementação do IARPS-CJ;
- Envolver as equipas na definição dos instrumentos de monitorização, nomeadamente na reformulação da aplicação do IARPS-CJ;
- Articular avaliação interna com externa e assegurar a devolução dos resultados aos projetos de forma pedagógica;
- Reforçar mecanismos de produção, disseminação e transferência de conhecimento.

RECOMENDAÇÕES

3. Capacitação e estabilidade das equipas

Conclusão

A qualidade da intervenção depende fortemente das equipas locais, mas persistem problemas de precariedade laboral, elevada rotatividade, desgaste técnico e insuficiente valorização dos processos de avaliação e aprendizagem.

Recomendação

Investir na capacitação e estabilidade das equipas técnicas.

Ações

- Melhorar as condições laborais dos técnicos das equipas e reduzir a precariedade;
- Reforçar e estabilizar as equipas;
- Desenvolver formação adequada às necessidades territoriais;
- Promover formação certificada e aprendizagem entre pares.

4. Articulação institucional e parcerias

Conclusão

Existe forte articulação local, mas insuficiente coordenação estratégica ao nível central com outras políticas públicas, limitando os impactos e criando riscos de insuficiente intervenção ou sobreposições.

Recomendação

Reforçar a articulação institucional e parcerias.

Ações

- Formalizar mecanismos de coordenação interinstitucional;
- Reforçar a complementaridade com políticas setoriais;
- Dinamizar a Comissão de Acompanhamento;
- Desenvolver estratégias territoriais integradas e multinível;
- Reforçar o envolvimento das autarquias e a articulação entre estrutura central, local e projetos.

5. Sustentabilidade territorial e financeira

Conclusão

Os ciclos curtos de financiamento e o modelo de candidaturas geram descontinuidade, fragilidade financeira e desigual cobertura territorial da intervenção.

Recomendação

Reforçar a sustentabilidade territorial e financeira das intervenções.

Ações

- Adotar um modelo de financiamento plurianual mais longo e rever o processo de pagamento, ajustando os tempos e processo de reembolso/pagamento à realidade da economia social;
- Criar períodos de transição entre gerações;
- Priorizar territórios e projetos de continuidade com resultados positivos;
- Identificar territórios prioritários para intervenção através do IVST;
- Promover planos de sustentabilidade e apropriação local das intervenções.